

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

<b>Forma da iniciativa:</b>	<b>Projeto de Lei</b>
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	<a href="#">249/XIV/1.ª</a>
<b>Proponente/s:</b>	Dezanove Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE)
<b>Título:</b>	Estabelece a moratória aos processos de despejo decorrentes da liberalização da Lei do Arrendamento Urbano até á construção de um robusto parque habitacional público.
<b>A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 3 do art. 167.º da Constituição)?</b>	NÃO
<b>O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?</b>	SIM
<b>Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?</b>	Não parece justificar-se
<b>A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?</b>	SIM. O autor solicita a discussão na generalidade desta iniciativa, no dia 25 de março, por arrastamento com os Projetos de Lei n.ºs 14/VIV/1.ª (PCP) e 69/XIV/1.ª (PCP).
<b>Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:</b>	<b>Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação (6.ª)</b>
<b>Conclusão:</b> A apresentação desta iniciativa <b>cumpr</b> e os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

Data: 11 de março de 2020

A assessora parlamentar Maria Nunes de Carvalho (ext. 11600)